



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0008218-17.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica**
 Requerente: **Balbina Pellegrini Olivo**
 Requerido: **Cia Paulista de Força e Luz Cpfl**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja ao recebimento de indenização por danos morais que a ré lhe causou ao cortar indevidamente a energia elétrica de imóvel de sua propriedade.

A matéria preliminar deduzida pela ré em contestação entrosou-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

O exame dos autos evidencia que a ré não refutou a interrupção do fornecimento de energia elétrica alegada pela autora.

Não refutou, ainda, que isso se tivesse dado em decorrência de faturas não pagas e que se venceram antes de março de 2013, quando morava no imóvel o antigo locatário Diego Luiz Gonzaga da Silva.

Diante disso, reconhece-se a irregularidade no procedimento da ré porque a obrigação versada não é de natureza propter rem, tocando exclusivamente ao usuário do serviço, consoante preconiza a pacífica jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“O fornecimento de energia elétrica não tem relação direta com o bem, mas com o usuário, sendo daquele que efetivamente usufruiu do serviço a responsabilidade pelo pagamento da tarifa referente ao serviço prestado. Com esse mesmo entendimento: julgamento pela 30ª Câmara de Direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

*Privado deste E. Tribunal de Justiça da apelação cível com revisão, registrada sob o nº 992.08.073.289-4, voto de relatoria do Des. Orlando Pistoresi” (Apelação nº 0001825- 37.2009.8.26.0301, 33ª Câmara de Direito Privado Rel. Des. **SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA**, j. 04/06/2012).*

*“Prestação de serviços - Energia - Não constitui obrigação propter rem a de pagar tarifa de serviços à concessionária de energia elétrica, tanto quanto a de água e esgoto. Daí que a responsabilidade por eventual débito, porque decorrente de período anterior à aquisição do imóvel, não é da atual proprietária - Tratando-se de dívida, real ou suposta, relativa a período pretérito e definido, não atual, não se admite o corte do serviço essencial de energia elétrica” (Apelação nº 992051378522 (912919000), 28ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **SILVIA ROCHA GOUVÊA**, j.22/09/2009).*

*“Cobrança - Prestação de serviços de água e esgoto. Débito que não tem caráter propter rem, tratando-se de obrigação pessoal. Ausência de solidariedade entre o locador e o locatário. Ação julgada procedente. Decisão mantida. Recurso não provido.” (Apelação nº 9175333-6.2007.8.26.0000, 17ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **PAULO PASTORE FILHO**, j. 31.01.2 012).*

Dessa forma, configura-se o erro da ré, cumprindo registrar que as razões que alicerçaram o indeferimento para a mudança da titularidade da unidade consumidora (fl. 76) não eram aptas a tanto.

Tal modificação, inclusive, aconteceu posteriormente.

Assentada essa premissa, resta saber se a autora possui direito ao recebimento de indenização por dano moral.

Reputo que a resposta há de ser positiva.

O imóvel em apreço tinha natureza comercial e destinava-se a locação.

É óbvio que isso não se poderia alcançar sem que nele houvesse energia elétrica, tanto que o novo contrato de locação somente foi firmado (fls. 55/58) após a determinação para a ré restabelecer o fornecimento de energia no local (fl. 26).

Tal panorama, aliado à necessidade que a autora tinha em alugar o imóvel para sua subsistência (o que não foi impugnado consistentemente em momento algum), firma base sólida à convicção de que a ré lhe causou danos morais.

A autora nesse sentido foi submetida a aborrecimento de vulto e muito superior aos meros transtornos da vida cotidiana, fazendo jus ao recebimento da indenização postulada.

O valor da mesma é compatível com os critérios usualmente empregados em situações afins, não se entrevendo o propósito da autora em enriquecer-se injustificadamente a partir do episódio noticiado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 2.200,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitivas as decisões de fls. 26 e 60/60v.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância a que foi condenada no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA